

# Ainda sobre Nun'Álvares Pereira e o ideal de cavalaria

MARIA DO AMPARO TAVARES MALEVAL  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Brasil

Georges Duby, no seu precioso livro baseado em canção anônima (século XIII) sobre Guilherme Marechal<sup>1</sup>, já desde o subtítulo referenda ser este “o melhor cavaleiro do mundo”. Dessa forma fora considerado em sua época inclusive pelo rei capetíngio Felipe II, do qual seriam as palavras, subsequentes à notícia da sua morte e enterramento: “Em nosso tempo não houve em lugar algum melhor cavaleiro, e que melhor soubesse manejar as armas”. Ou ainda: “O Marechal foi, no meu juízo, o homem mais leal e autêntico que já conheci, em qualquer lugar que fosse”<sup>2</sup>.

Marechal possuiria, por conseguinte, as principais qualidades então exigidas pela ética cavaleiresca<sup>3</sup>: a fidelidade e a valorosidade, seguidas pela largueza<sup>4</sup>, que o distinguiu também sobremaneira, até os seus últimos momentos de vida.

A propósito desta última qualidade, lembremos que a liberalidade representava, nos séculos XII-XIII, o contrário do pior dos pecados aos olhos da Igreja: a avareza, seguida de perto pela soberba

---

1 Publicado na França em 1984 e pouco tempo depois no Brasil, com tradução de Renato Janine Ribeiro (Georges Duby, *Guilherme Marechal*, ou O Melhor Cavaleiro do Mundo, 1987). Duby baseou-se em canção elaborada em cerca de 7 anos, composta por 19.914 versos em pergaminho de 127 folhas, tendo cada uma duas colunas de 38 linhas (*Idem*, p. 45). Seu autor seria um *trouvère* anônimo – embora a obra se refira a um João “que o livro fez e encontrou”. Trata-se, na apreciação de Duby, de “magnífico escritor: palavras vivas, justas, apropriadas; faz límpida a narrativa, inspiradas as personagens, o diálogo envolvente; sabe mostrar; cumpriu com perfeição sua incumbência: tornar o Marechal presente, vivo. Além disso, revela-se historiador muito consciencioso. A própria obra se apresenta como uma ‘vida’, mas igualmente como uma ‘história’” (*Idem*, p. 46). Escrita no “dialeto da França do Oeste”, não em latim, língua mais conveniente “aos elogios reais”, foi elaborada não muito após a morte do cavaleiro, e constitui um “dos primeiros monumentos da literatura francesa”, sendo desta “a mais antiga biografia” (*Idem*, p. 43), que felizmente se conservou manuscrita, em pergaminho.

Teve como financiador o filho primogênito do Marechal, também de nome Guilherme, e como principal informante João de Early, com base nos “elementos que sua memória conservou, durante os trinta e um anos em que serviu o falecido”, sendo deste o mais próximo companheiro – “conta o que viu com os próprios olhos, mas também, e acima de tudo, o que o Marechal, em vida, contava e gostava de ouvir contar. A memória de João de Early na verdade coincide com a de Guilherme Marechal” (*Idem*, pp. 50-51). Conquanto uma visão parcial e defensiva, conclui Duby: “O que a nós chegou é infinitamente precioso: a memória da cavalaria em estado quase puro, da qual, não fosse esse testemunho, quase nada saberíamos” (*Idem, ibidem*).

2 *Idem*, p. 37.

3 À valorosidade e lealdade do cavaleiro, exaltadas por Felipe Augusto da França, o seu privado João de Rouvray acrescentaria, na ocasião, outra grande qualidade de Marechal: a sabedoria ou prudência, asseverando ter sido “o mais sábio cavaleiro que se viu, por toda a parte” em sua época (*Idem*, p. 37).

4 A largueza “realiza o gentil-homem, instaura a distinção social” (*Idem*, p. 120).

ou orgulho, “vício por excelência do sistema feudal” no dizer de Le Goff<sup>5</sup>. Para os cavaleiros, com o grande aumento da circulação de moedas no final do século XII e sua apreciação pelos vilões – que as juntavam, emprestavam, faziam frutificar –, elas eram repugnantes: eles tinham “o dever de nada reter em suas mãos”, de repartir todos os ganhos<sup>6</sup>, de serem radicalmente contrários à usura. Mas, por outro lado, a penúria também podia redundar em vergonha, e isto consistia uma evidente contradição, já que o dinheiro “se revela indispensável à honra, quando ela exige que ele seja desprezado”<sup>7</sup>.

No que concerne à fidelidade, alguns episódios da vida do Marechal lançam-lhe sombras. Inclusive com relação a ter traído o seu amo Henrique, o Moço, filho de Henrique II da Inglaterra, com a esposa daquele, Margarida, filha de Luís VII da França e irmã de Felipe Augusto<sup>8</sup>. Marechal, para provar inocência, ofereceu-se mesmo ao ordálio<sup>9</sup>; mas o marido desconfiado se recusou a submetê-lo à prova. No entanto, permaneceu a dúvida sobre o caso, sendo possível que Marechal houvesse pelo menos cortejado a jovem esposa, pois o jogo do amor cortês, então em voga, o permitia. Neste caso, como Lancelote e Tristão, se incluiria no paradigma da cavalaria cortês. A outra hipótese plausível é que simplesmente tivesse sido vítima da calúnia dos seus pares, movidos pela inveja do seu prestígio junto à casa real.

Quanto à valorosidade, consistia em enfrentar o adversário como cavaleiro, e “não como ‘cavilosos’ (não agindo à maneira das raposas, que usam artifícios, porém feito leões), em campo aberto, recusando-se a fazer qualquer emboscada, dispondo-se em ordem de batalha, à vista do inimigo”<sup>10</sup>. Porque o “valeroso nenhuma proteção almeja, a não ser a presteza de seu cavalo, a qualidade de sua armadura e o devotamento de seus iguais, cuja amizade fortalece”<sup>11</sup>. A coragem do Marechal – favorecida pelo seu “corpo enorme, infatigável, forte, hábil nos exercícios de cavalaria”<sup>12</sup> –, apresenta-se desmedida, pois a “honra obriga-o a parecer intrépido, até às raias da loucura”. Vale observar que tal temeridade fora considerada excessiva aos olhos dos seus próprios companheiros, que o criticavam por vezes<sup>13</sup>, afastando-se da justa medida relativa às virtudes proposta por Aristóteles na *Ética a Nicômaco*, como veremos adiante.

Nascido por volta de 1145 e falecido em 1219, não sendo primogênito, teve de buscar ascensão social através da invencibilidade nos torneios e batalhas, que granjeavam prestígio e garantiam manutenção na corte de um senhor poderoso<sup>14</sup>. Posteriormente, resolveria a sua situação econômica definitivamente através do casamento, que conseguiu realizar já sendo cinquentão, com a segunda mais rica herdeira da Inglaterra – Isabela de Clare, castelã de Striguil e senhora de muitas terras, inclusive na Normandia e na Irlanda. Tais possessões, com as guerras entre os Plantagenetas e os Capetos – ou entre aqueles mesmos – e a consequente divisão de territórios sob esses cetros, fizeram-no por vezes vassalo de dois senhores.

5 Jacques Le Goff, *São Francisco de Assis*, Trad. de Marcos de Castro, 7. ed., Rio de Janeiro, Record, 2005, p. 32.

6 Georges Duby, *op. cit.*, p. 120.

7 *Idem*, p. 123.

8 Foi então devolvida à França e casada em seguida com o rei Bela da Hungria (*Idem*, p. 70).

9 Trata-se do julgamento e juízo de Deus. Marechal propôs-se a combater sucessivamente com os três mais valorosos cavaleiros dos Plantagenetas; se fosse derrotado, o marido desconfiado poderia mandar matá-lo ou cortar-lhe um dedo da mão direita.

10 Georges Duby, *op. cit.*, p. 120.

11 *Idem*, p. 120.

12 *Idem*, p. 210.

13 *Idem*, p. 120-121. Com o mesmo destemor os cavaleiros deveriam conquistar o amor das damas, segundo os ditames da cortesia, do amor cortês – o que poderia ter sido o motor da traição adúltera a que aludimos acima.

14 Recordemos que, da corte de Guilherme de Tancarville, na Normandia, para onde fora a mando do pai, onde é armado cavaleiro em 1167, foi para a do seu tio materno, o conde Patrício de Salisbury. Este, encarregado de escoltar a rainha da Inglaterra, Leonor de Aquitânia, condessa de Poitiers, até esta localidade para submeter vassalvos revoltosos, terminou morto em ataque de surpresa impetrado pelo barão de Lusignan. Guilherme, destemidamente, buscou vingar o tio, pelo que acabou preso, mas solto pela rainha em troca de reféns. Esta o admitiu na sua corte, o que o tornou familiar também do soberano, que o designou, pelos seus méritos, instrutor e guardião do jovem rei Henrique, o Moço.

Isto inclusive levou-o a ser acusado de desleal a João Sem Terra<sup>15</sup>, que no entanto ajudou a substituir a Ricardo Coração de Leão quando da morte deste; o rei João, ao finar-se, reconheceu-lhe a lealdade e lhe confiou o pequeno herdeiro do trono, tornando-o dessa forma Regente.

Quanto à religiosidade, foi cruzado na Terra Santa logo após a morte do jovem rei Henrique<sup>16</sup>, de quem fora tutor, filiando-se à Ordem do Templo<sup>17</sup>. Mas apenas ao se aproximar a morte, após despojar-se de todos os bens, distribuídos entre os seus próximos<sup>18</sup>, vestiu simbolicamente o hábito de Templário, que possuía guardado<sup>19</sup>.

Enfim, como resume Duby<sup>20</sup>, foi “caçula sem bens. Rico-homem e barão, porém apenas na medida em que era tutor de sua mulher e de seus filhos. Investido com o poder real, porém somente para guardar o rei muito moço”. Sem planejar alcançar tamanho poder, sem ter sido preparado para exercê-lo, sem título de fidalguia que o justificasse, o intento da sua vida longa foi o de ser “o melhor cavaleiro do mundo”. Mas, acentua Duby, em 1219, ano da sua morte, “a cavalaria estava acabada desde pelo menos duas décadas, e o próprio Guilherme já não passava de uma forma residual, de relíquia”. Ele teria sido, para o medievalista francês, “o instrumento do derradeiro, tão fugidio, tão anacrônico triunfo da honra sobre o dinheiro, da lealdade contra o Estado – orgulhando-se de ter levado a cavalaria à plenitude”<sup>21</sup>.

Teria mesmo sido Marechal o último grande cavaleiro e o melhor deles? ... Separados por dois séculos vemos que outra grande personalidade histórica, no Portugal do século XIV, seria como tal qualificada, (re)encarnando o ideal de Cavalaria, evidentemente que com algumas variações em relação ao modelo representado pelo Marechal: D. Nun' Álvares Pereira, de que nos ocuparemos adiante. Antes, gostaríamos de nos reportar ao paradigma de cavaleiro cristão proposto por Raimundo Lúlio no tratado que compôs provavelmente entre 1279 e 1283 – portanto, entre as existências dos dois grandes cavaleiros.

No *Livro da Ordem de Cavalaria*<sup>22</sup>, Lúlio estabelece a necessidade de serem cultivadas pelo cavaleiro as virtudes e os bons costumes. Essas virtudes são as três teologais – fé, esperança e caridade – e as quatro cardeais ou morais – justiça, prudência, fortaleza e temperança<sup>23</sup>. Aliás, D. Duarte, contemporâneo de Nuno Álvares, no *Leal Conselheiro*, concluído em 1438 – portanto, alguns anos após a morte do Condestável (1431) – também tratou de tais virtudes, bem como dos pecados que lhe fazem frente; e cita textualmente Aristóteles em várias passagens da obra – por exemplo, a respeito da virtude da prudência enquanto indispensável aos regedores<sup>24</sup>. Portanto, o autor da *Ética a Nicômaco* constitui referência imprescindível quando de virtudes morais se trata, contribuindo, ao lado da Teologia, para a formação do modelo de cavaleiro cristão (e não só).

Vimos que, no mundo feudal, as principais virtudes eram a fidelidade e a valorosidade, seguidas pela largueza<sup>25</sup>. Para Lúlio, a fé – que pelo seu étimo se liga à fidelidade – estaria na base de muitas

15 Trata-se do episódio em que João Sem Terra, vencido por Felipe Augusto, abandonou a Normandia. Mas o Marechal não quis perder as terras normandas da sua mulher, pelo que ficou vassalo dos dois reis.

16 Este acabou por se desentender com o pai, contra o qual levou Marechal a lutar.

17 Georges Duby, *op. cit.*, p. 161-162.

18 Recusou-se, no entanto, a dar os seus bens ao clero em troca de orações.

19 Georges Duby, *op. cit.*, p. 23. Teria tido a visão de dois homens alvos e belos, sinal da passagem já próxima. Permanecendo lúcido até o momento final e expressando a sua gratidão a Deus pelas graças alcançadas, cumpriu todas as etapas do espetáculo que morrer então representava.

20 *Idem*, p. 210.

21 *Idem*, p. 211.

22 Ramon Llull, *O Livro da Ordem de Cavalaria*, Trad., apresentação e notas de Ricardo da Costa.

23 *Idem*, p. 89.

24 Dom Duarte, *Leal Conselheiro*, p. 255.

25 A largueza “realiza o gentil-homem, instaura a distinção social” (Georges Duby, *op. cit.*, p. 120).

outras virtudes, pois através dela “o homem tem esperança [na ajuda divina], caridade [fundada no amor a Deus e ao próximo], lealdade, e é servidor da verdade”<sup>26</sup>. A caridade seria o correspondente cristão da liberalidade. A propósito desta, Aristóteles<sup>27</sup> observa que ela tem como contrária a avareza e por excesso a prodigalidade, sendo pródigos os homens incontinentes que gastam em excesso com seus prazeres e se arruinam<sup>28</sup>. Recomenda o filósofo que a virtude<sup>29</sup> deve basear-se na conveniência, na justa medida, mas considera a avareza mais condenável que a tola prodigalidade.

Quanto às chamadas virtudes cardeais, sem a justiça não poderia existir a Ordem de Cavalaria. Aliás, já Aristóteles frisava poder ser a justiça considerada “a maior das virtudes”; nela “estão compreendidas todas as virtudes”; “não é uma parte da virtude, mas a virtude inteira”<sup>30</sup>. Lúlio apresenta, como oponentes à justiça, também a luxúria e o orgulho<sup>31</sup>, pecados extremamente combatidos no mundo medieval. E a liga à paz conseguida pela guerra, competindo ao cavaleiro “pacificar os homens pela força das armas”<sup>32</sup>.

A prudência consiste na sabedoria de escolher “ser amante do bem e inimigo do mal”<sup>33</sup>. É, como acentua Lúlio, a coisa “mais necessária ao cavaleiro”: “mais batalhas são vencidas pela maestria e sensatez que pela multidão de gentes ou de guarnições ou de cavaleiros”<sup>34</sup>.

A fortaleza se consubstancia no combate sem tréguas aos sete pecados capitais – gula, luxúria, avareza, preguiça, acídia, soberba, inveja e ira. Quanto a este último pecado, vemos com Aristóteles que a virtude que se lhe opõe, a calma, não deve redundar em indiferença, pois louvável é o homem “que se encoleriza justificadamente com coisas ou pessoas e, além disso, como deve, na devida ocasião e durante o tempo devido”<sup>35</sup>. O excesso de cólera, dos irascíveis e vingativos, é que deve ser combatido, bem como a sua carência nos pecatos<sup>36</sup>.

Relacionada à fortaleza está a coragem. Aristóteles, ao tratar dessa virtude, indica ter ela por contrário o medo e por excesso a confiança demasiada, relacionada à jactância, sendo o homem temerário considerado um “jactancioso e um mero simulador de coragem”<sup>37</sup>. A jactância, por seu turno, se opõe à falsa modéstia, sendo ambas vícios<sup>38</sup>. Portanto, a bravura consiste na justa medida, na posição mediana entre os dois extremos, sendo o homem bravo “capaz de fazer frente ao que aterroriza o comum das pessoas”, por exemplo nas guerras<sup>39</sup>. Mas a coragem, frisa Lúlio<sup>40</sup>, não pode priorizar a força do corpo, e sim

26 Ramon Llull, *op. cit.*, p. 89.

27 A *Ética* de Aristóteles foi traduzida à época de Lúlio, em 1240, por Roberto Grosseteste, como observa Ricardo da Costa (Ramon Llull, *op. cit.*, p. XL).

28 Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, p. 101.

29 Próximas da liberalidade seriam a magnificência, que tem por contrário a mesquinhez e por excesso a vulgaridade; acarretando gasto vultuoso, deve ter em mira a honra, não a ostentação. A magnanimidade liga-se à bondade e à nobreza, sendo “uma espécie de coroa das virtudes”, opondo-se a vícios como a maledicência, a vaidade e a humildade indevida.

30 Aristóteles, *op. cit.*, pp. 121-127. A justiça baseia-se na equidade, na proporcionalidade, na reciprocidade.

31 Ramon Llull, *op. cit.*, pp. 47-48.

32 *Idem*, p. 49.

33 *Idem*, p. 93.

34 *Idem*, p. 93.

35 Aristóteles, *op. cit.*, p. 111.

36 Os pecatos são considerados tolos. A ira, destaca Lúlio, provoca um “turvamento no coração, de relembrar e entender e querer”, devendo ser combatida com “coragem, caridade, abstinência, paciência” (Ramon Llull, *op. cit.*, p. 101). À virtude se relacionam ainda os obsequiosos, que diferem dos aduladores e se opõem aos grosseiros e altercadores. Como também a espirosidade, que tem como excesso a jocosidade excessiva dos farsantes e, como falta, a rusticidade e impolidez.

37 Aristóteles, *op. cit.*, p. 91.

38 *Idem*, p. 114.

39 *Idem*, p. 90.

40 Ramon Llull, *op. cit.*, p. 35.

a da alma, a nobreza e ardor de coração – termo que se liga etimologicamente, pelo radical, a coragem. A nobreza de coragem deve, pois, ser buscada nas virtudes<sup>41</sup>, no combate aos sete pecados capitais<sup>42</sup>.

A temperança é a virtude do justo meio, do equilíbrio entre o excesso e a falta. Como observa Lúlio, “é virtude que está no meio de dois vícios: o primeiro vício é pecado pelo excesso de grandeza, o segundo é pecado por excessiva pouca quantidade”<sup>43</sup>. Nas palavras de Aristóteles, a temperança é “um meio termo em relação aos prazeres”<sup>44</sup> corporais, sendo o seu contrário a intemperança, tanto mais prejudicial quanto voluntária; “no homem temperante o elemento apetitivo deve harmonizar-se com o princípio racional, pois o que ambos têm em mira é o nobre”, apeteendo-lhe as coisas adequadas à ocasião, praticadas ou satisfeitas de modo racional<sup>45</sup>.

Enfim, para o Estagirita, as virtudes são indispensáveis ao alcance da felicidade pelos homens em geral, sendo reprováveis tanto os vícios que lhe são contrários quanto os procedentes dos excessos, identificando-se a virtude sempre com o meio termo. Assinala Lúlio que são elas essenciais à nobreza de coragem do cavaleiro, como Aristóteles considerando que “no meio está a medida da virtude e seu contrário está nos dois extremos, que são vício”<sup>46</sup>; e isto é por ele dito para indicar que também mediana é a idade ideal do cavaleiro, que deve ser de linhagem nobre e possuir bens, pois a Cavalaria “é mantida pelos fortes combatentes e aviltada pelos fracos, despossuídos, e vencidos fugitivos”<sup>47</sup>.

A prática constante da religiosidade é encarecida por Lúlio, e aos cavaleiros – armados em festa religiosa após jejum, vigília, oração, contemplação, confissão, comunhão e juramento – recomenda: assistir missa; pregar, cultivar e temer a Deus, observando os quatorze artigos da fé, os dez mandamentos e os sete sacramentos instituídos pela Igreja; não acreditar em augúrios e presságios. Tais costumes devem juntar-se aos demais, que os qualificam: praticar a arte de maneira apropriada ao ofício; usar de razão e de discrição; amar o bem comum; possuir a amizade de homens bons – enfim, ter “lealdade, verdade, ardor, verdadeira largueza, honestidade, humildade, piedade e as outras coisas semelhantes a estas”<sup>48</sup>.

Os cavaleiros são aproximados por Lúlio aos clérigos: “os mais nobres, os mais honrados, os mais próximos dos ofícios que existem neste mundo são ofício de clérigo e ofício de cavaleiro; e por isso, a maior amizade que deveria existir neste mundo deveria ser entre clérigo e cavaleiro”<sup>49</sup>. Mas o faz de forma moderada, sem assumir a ideologia mais antiga e radical de São Bernardo de Claraval<sup>50</sup>, que “pretendia a integração da cavalaria na instituição eclesiástica” – o que, apesar do “ímpeto inicial, levado a cabo pelas ordens militares”, fracassou “definitivamente, com a decadência dessas mesmas ordens militares (templários, hospitalários, teutônicos) e com a perda definitiva da Terra Santa em 1291”<sup>51</sup>.

Como veremos, as virtudes e os costumes preconizados no tratado de Raimundo Lúlio para o cavaleiro ideal podem ser encontrados na descrição, presente nas crônicas a que nos reportaremos, do

41 *Idem*, p. 55.

42 *Idem*, p. 95.

43 *Idem*, p. 103.

44 Aristóteles, *op. cit.*, p. 95.

45 *Idem*, p. 98.

46 Ramon Llull, *op. cit.*, p. 55.

47 *Idem*, p. 55.

48 *Idem*, p. 107. E ainda: falar e vestir-se bem, ter boas armas e casa condizente com o seu estado, por serem coisas que honram a Cavalaria; e não apenas cuidar da educação de seu cavalo, mas de si próprio e de sua prole.

49 *Idem*, p. 25. Cf. também p. 19.

50 Cf. S. Bernardo, “Libro sobre las Glorias de la Nueva Milicia, a los Caballeros Templarios”, In: *Obras Completas* I. Lúlio, no entanto, desconhecia essa obra, conforme observa Ricardo da Costa, Introdução a Ramon Llull, *O Livro da Ordem de Cavalaria*, p. XXX.

51 *Idem*, p. XXX.

fidalgo português, tornado exemplar para os seus coevos, num momento em que um ícone tal se fazia necessário.

A anônima *Coronica do Condestabre* constitui a primeira Vida de fidalgo na história da literatura portuguesa<sup>52</sup> – aliás, da mesma forma que a do Marechal para a literatura francesa. O fato de retratar a vida e os feitos do Condestável, que viveu de 1360 a 1431, sendo disto a fonte mais recuada que chegou aos nossos dias, já por si justificaria sua importância para a literatura e para a historiografia lusas<sup>53</sup>. Isto porque, vale lembrar, Nun'Álvares Pereira foi o principal esteio do Mestre de Avis na Revolução de 1383-1385, que livrou Portugal de um iminente domínio castelhano e resultou no advento da fecunda Dinastia de Avis, sob a qual se deu a expansão ultramarina. E dele se originou a Casa de Bragança, cujos descendentes ocupariam mais tarde o trono português e seriam titulares de outras prestigiosas coroas européias – fato enaltecido no frontispício da edição *princeps* da obra (1526) pelo editor Germão Galharde e que, inclusive, justificaria a sua publicação<sup>54</sup>.

Como na biografia de Marechal e nas hagiografias, o discurso é fundamentalmente panegírico e principia por destacar a ascendência ilustre do herói, a começar pelo seu bisavô, Dom Gonçalo Pereira. Este, não apenas possuía alta estirpe, mas também riquezas, sendo, pois, “nobre de linhagem e de condiçam”<sup>55</sup>. Dentre as “muytas e muy boas” características que possuía, destacava-se a liberalidade: era “muy graado e dava de bõo coraçam o que avia, assy aos que o serviam como aaquelles que o nom serviam”, sendo inclusive recriminado por alguns dos seus privados pelo excesso de ‘graadeza’<sup>56</sup>.

Esse fidalgo teve filhos e filhas, dentre os quais um que lhe herdou o nome: D. Gonçalo Pereira, que foi arcebispo de Braga e pai de Frei Álvaro Gonçalves Pereira. Este foi Prior do Hospital, fazendo nesta Ordem “muytas obras e boas cousas por acrecentamento della”, dentre elas a edificação de uma igreja em honra de Santa Maria<sup>57</sup>. Dentre as suas virtudes, ao lado da lealdade e da honradez apresentava-se destacada a generosidade herdada do avô: “foy em muytos bõos e grandes feytos, assy por servir seu rey como por sua honrra. E partia grandemente o que avia, assy com seus parentes como com outros muytos que o nom eram”<sup>58</sup>. Por essa “virtuosa benfeitoria” era por todos “bem servido e amado e beam acompanhado”, alcançando ser privado de três reis de Portugal: D. Afonso, D. Pedro e D. Fernando.

52 Composta por oitenta capítulos e por um curto prólogo, este frisa o caráter de memória exemplar da obra, herdado da historiografia antiga – os erros serão narrados para serem evitados; e os “vallentes e nobres feytos” do Condestável, para serem copiados (*Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, p. 1). O último capítulo, a modo de *peroratio*, descreve-lhe as benfeitorias realizadas, que deram sequência às do avô, e os atos piedosos, praticados ao lado dos feitos militares durante a vida do Condestável. E a *narratio*, que focaliza o biografado a partir dos 13 anos (1373), como vimos, é dividida, conforme já observara Calado (*Idem*, p. CXII), em “três partes bem individualizadas”: 1ª) dos treze anos até à morte de D. Fernando em 22/10/1382, período em que foi escudeiro da Rainha Leonor Teles – capítulos II a XIV; 2ª) desse acontecimento até à aclamação de D. João I nas Cortes de Coimbra em 6/4/1385, quando foi nomeado Condestável, período em que foi cavaleiro do Mestre de Avis – capítulos XV a XLII; 3ª) – dessa nomeação até à morte, em 1/4/1431, período em que foi Condestável e monge – capítulos XLIII a LXXIX.

53 Cf., a propósito, Teresa Amado, “Crónica do Condestabre” (vb), In: Giulia Lanciani & Giuseppe Tavani (Orgs.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, pp. 186-188.

54 Os livros mais vendidos nessa época eram os religiosos, os didáticos, os jurídicos, as novelas de cavalaria, as hagiografias e a história clássica, de recente aparição nesse mercado. Seria, pois, não lucrativa a edição da biografia de um herói nacional, sendo de estranhar que, apesar disso, fosse elaborada e publicada não apenas em papel, mas também em pergaminho, ao mesmo tempo. Além do mais, em 1554 o próprio Germão Galharde faria uma segunda edição da obra, o que indica não ter tido ele prejuízo com o empreendimento. E, um ano após o primeiro investimento, em 1527, a biografia de outro vulto nacional – a *Coronica do Sancto, e Virtuoso Iffante Dom Fernando*, filho de D. João I. Talvez isto se deva à feição hagiográfica da vida desses fidalgos.

55 *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, p. 1.

56 *Idem*, p. 2.

57 *Idem*, *ibidem*.

58 *Idem*, *ibidem*

Nuno Álvares Pereira foi um dos 32 filhos, de mães diferentes, desse Frei Álvaro Gonçalves Pereira, que viveu “longamente”. Sua mãe foi Eirea Gonçalves do Carvalhal, uma “muy boã e muy noble molher e estremada em vida açerca de Deos”, que, após ter seus filhos, “viveo em grande castidade e abstinencia, nom comendo carne nem bevendo vinho per espaço de quorenta annos, fazendo grandes esmolos e grandes jejuus e outros muytos bees”<sup>59</sup>. Por suas qualidades, foi escolhida para camareira da Infanta Dona Beatriz, filha de D. Fernando e rainha de Castela.

Vale destacar a grande importância dada às virtudes e costumes dos seus genitores: do pai, a honradez, a lealdade, a liberalidade, os bons serviços, a devoção mariana, a sensatez e discrição; da mãe, a religiosidade e práticas desta decorrentes, como a castidade, a abstinência, o jejum e a caridade. Estas são as heranças do herói, que as desenvolverá como veremos.

A vida de Nuno Álvares começa a ser narrada a partir dos seus treze anos, sendo apresentado já no Prólogo como “vallente e muy virtuoso”<sup>60</sup>. Desde jovem assumira por modelo a Galaaz, o melhor e mais puro dos homens do rei Artur, cuja história era sua leitura preferida<sup>61</sup>. Portanto, além de possuir ‘mesura’ – condição fundamental da cortesia –, ligou-se fundamentalmente não à ‘cavalaria cortês’ – cujo paradigma bretão fora Lancelote, como também Tristão e, na Península Ibérica, Amadis de Gaula – mas, sim, à “cavalaria espiritual”, encarnada em Galaaz.

Da mesma forma que Galaaz o fora, é apresentado como um predestinado pelo alfageme de Santarem<sup>62</sup>. E, principalmente, como o seu paradigma, que “per virtude de virgindade” “acabara muytos grandes e notavees feytos que outros nom poderom acabar”, terminando por alcançar o Graal<sup>63</sup>, Nuno Álvares também desejou permanecer virgem. Recusara de início o vantajoso casamento que o pai lhe arranjará, para resolver-lhe o problema financeiro por não ser ele primogênito, com Dona Leonor d’Alvim, senhora dotada de “grande bondade e riqueza”<sup>64</sup>. Mas, instado por parentes, diante da insistência acaba concordando com a proposta, “pois que a seu padre prazia e o elles aviam por bem”<sup>65</sup>. Na nova situação, de homem casado, “despendya seu tempo em tomar honestamente prazer com sua mulher”<sup>66</sup>, nas terras de propriedade desta<sup>67</sup>.

A sua castidade é, pois, o primeiro grande traço a diferenciá-lo do Marechal. Acrescente-se que, ao final da vida, o Condestável se afastou totalmente da vida mundana, fazendo-se recluso no mosteiro do Carmo até à morte – aliás, assemelhando-se a Boorz, outro dos virtuosos cavaleiros arturianos, que se tornou ermitão após voltar para Camelot. Assim, teria alcançado o seu “Graal”, providenciando a Igreja o processo de canonização pelos muitos milagres que seriam obrados junto ao seu túmulo. E se aproximaria mesmo do ideal de monge-cavaleiro proposto por São Bernardo<sup>68</sup>, por haver lutado numa guerra que foi

59 *Idem*, p. 3.

60 *Idem*, p. 1.

61 Lembramos que *A Demanda do Santo Graal*, que glorifica Galaaz como o melhor exemplo da cavalaria cristã, teria sido traduzida do francês para o português no século XIII, sendo o manuscrito pergamináceo que nos chegou (ms. 2594 da Biblioteca Nacional de Viena) do século XV, “cópia de um manuscrito de época anterior que ainda não é o manuscrito original da tradução” (Irene Freire Nunes, Introdução a *A Demanda do Santo Graal*, p. 11).

62 Profetizara que, a serviço da terra e do Mestre, seria futuramente conde de Ourém, quando só então aceitaria receber pelo trabalho de consertar-lhe a espada (*Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, p. 42).

63 *Idem*, p. 8.

64 *Idem*, p. 6.

65 *Idem*, p. 10.

66 *Idem*, p. 12.

67 Dessa união resultaram três filhos, mas dois morreram ao nascer, restando apenas uma mulher, D. Beatriz, que posteriormente foi condessa de Barcelos, casada com o filho bastardo de D. João I.

68 Lembremos que São Bernardo de Clairvaux, no século XII, justificava a violência bélica, afirmando que “morrer ou matar por Cristo não implica criminalidade alguma e reporta a uma grande glória” (São Bernardo, *op. cit.*, p. 503).

apresentada como Santa – uma vez que o Mestre de Avis apoiava, com a Inglaterra, o papa de Roma, ao passo que o rei de Castela se colocava ao lado da França, obediente ao papa cismático de Avinhão, inseridos no contexto da chamada Guerra dos Cem Anos (1337-1453) que então dividia a Cristandade.

Portanto, a primeira insistência da obra vai para a filiação do cavaleiro biografado ao paradigma representado por Galaaz, sendo que a virtude da castidade o levaria futuramente a inclusive proibir a presença de mulheres nas suas hostes<sup>69</sup>. Essa virtude aparece ao lado do seu “bom gasalhado e doçes palavras”, e “gram misura”, sendo “bem rrazoado e porem de pouca e branda pallavra”, que “a todos prazia”<sup>70</sup>. Assim, o autor da *Coronica* o apresenta inicialmente como, além de religiosamente casto, prestativo e generoso, mesurado, cordato e discreto. No entanto, não se exime de indicar-lhe maus feitos, muito embora sem se deter em descrevê-los: “aas vezes fazia na terra das suas, segundo seus vezinhos”<sup>71</sup>; e busca justificar esses desmandos pela necessidade de cobrir a grande despesa que tinha com os seus homens, pelos costumes locais e pela pouca idade (casara aos dezesseis anos). Conclui observando que tais desmandos não o afastavam do “temor de Deos, ouvindo suas missas e vivendo honestamente e bem com sua mulher”<sup>72</sup>.

Antes desse episódio, somos informados de que, ao ser levado, juntamente com o irmão Diego, para a casa do rei D. Fernando, impressionara a rainha Leonor Teles por sua sagacidade e valentia, ao narrar, a pedido desta, o que observara no caminho sobre as tropas castelhanas, numerosas mas segundo ele mal capitaneadas<sup>73</sup>, já indicando o grande estrategista que chegaria a ser. E a rainha o tomou, então, por escudeiro<sup>74</sup>.

Uma outra sua grande qualidade destacada na obra é a obediência, observada em relação ao pai, como vimos no episódio do casamento, e ao rei D. Fernando, a quem obedecia mesmo que contrariando seu próprio desejo<sup>75</sup>. Como também futuramente ao rei D. João I, cuja entronização ajudou a construir: não o afronta mesmo quando lhe retira os vassallos<sup>76</sup> e as terras de préstimos.

A sua ambição é mostrada como restrita à busca de notoriedade e honra<sup>77</sup>: “muyto desejava de servir el rey dom Fernando, que o criara, e de seer conhecido e aver nome de boom”<sup>78</sup>. Daí que posteriormente, pela sua lealdade ao Mestre de Avis e à terra portuguesa, recusaria as vantagens que lhe prometia o rei de Castela, mesmo quando a sua própria mãe a este servia de mensageira; ao contrário, acabou por fazê-la aderir à causa do Mestre<sup>79</sup>.

Aliás, teria buscado adesão ao Mestre junto a vários fidalgos, como por exemplo seus irmãos, conclamando a “todollos bõos portugueses”, os “verdadeiros portugueses”<sup>80</sup> – opostos dos cismáticos

69 *Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereyra*, p. 136.

70 *Idem*, p. 12.

71 *Idem*, p. 12.

72 *Idem*, p. 12.

73 *Idem*, p. 4: “muyta gente mal acaudellada, e que pouca gente com bõo capitam, bem acaudellada, os poderia desbaratar”.

74 Lembramos que, premonitoriamente talvez, por ser muito jovem, com apenas treze anos, não havia arnês que lhe servisse, pelo que foi solicitado o do Mestre de Avis, que fora armado cavaleiro ainda bem criança: “E assy tomou dom Nun’ Alvarez as primeyras armas, que foram do mestre d’ Avis, e per maãos da rraynha dona Lyanor, e de hy em diante a rraynha o ouve sempre por seu escudeiro” (*Idem*, p. 5).

75 *Idem*, p. 22: “nom sayriia do mandado delrey, ainda que fosse muyto contra seu prazer”.

76 *Idem*, p. 153: “que outrem non tevesse vassallos senom elle”.

77 *Idem*, p. 17: “avia gram vontade de ganhar nome e honrra”.

78 *Idem*, 1991, p. 19.

79 *Idem*, 1991, p. 45: “ante contrariava a sua madre, dizendo que Deos nom quisesse que por dadivas e largas promessas elle fosse contra a terra que o criara, mas que ante despenderia seus dias e espargeria seu sangue por emparo della, de guisa que, onde ella vinha pera reduzir seu filho pera serviço delrey de Castella, Nun’ Alvarez reduzeo ella pera serviço do mestre”.

80 *Idem*, p. 58; p. 76; p. 90; p. 93; pp.104-10.

“maos portugueses”<sup>81</sup> – a “o seguirem e servirem atees mortes”. Dentre esses bons portugueses, a narrativa destaca os “miudos”, as “jentes miudas”, que tomavam castelos para o Mestre<sup>82</sup>.

Esse ‘nacionalismo’ também o diferencia do Marechal, que, como vimos, obedecia à vassalagem própria do feudalismo, acima de quaisquer interesses “identitários”, tendo senhores na Inglaterra e na França. Mas como este, nele sobressairam as qualidades de grande soldado, sempre pronto para o desejado combate<sup>83</sup>, pelo que o narrador exclamaria: “Oo que vontade de servir seu senhor e, por emparo da terra, asy avia gana de pelejar!”<sup>84</sup>.

Como a do Marechal, sua coragem apresenta-se também desmedida e ímpar – por exemplo: em Cacilhas, num pequeno batel, com seis escudeiros, lança-se ao mar temerariamente revoltado para alcançar uma embarcação maior, objetivando lutar com a frota de Castela<sup>85</sup>; sozinho enfrentara cerca de “duzentos e çinquenta homens d’armas” dessa frota que cercava Lisboa, sendo apenas posteriormente socorrido pelos seus, que de início se recusavam ao combate por serem inferiores numericamente aos inimigos<sup>86</sup>; gracejava contra o inimigo poderoso, no caso Joam Rodrigues de Castanheda, indo ao seu encontro “pollo escusar de trabalho” e, recebendo deste recado para aguardá-lo, que “lhe teeria bem feyto de jantar”<sup>87</sup>. Não é difícil concluir que essa valorosidade excessiva beirava o vício da virtude, redundando em arrogância.

Foi, enfim, grande estrategista – seria um “caviloso”, no entendimento do Marechal?...<sup>88</sup> – e animador de suas tropas, como por exemplo na batalha de Atoleiros, exortando-os a se encomendarem a Deus e à Vigem, lembrando-lhes da honra que alcançariam por servirem ao Mestre e de que estavam ali para defender-se e às suas casas e terras da sujeição que o rei de Castela lhes queria impor; e, ainda, incentivando-os a persistirem na peleja, suportando os sofrimentos pelo tempo que se fizesse necessário<sup>89</sup>. Enfrentava sem esmorecimento as privações<sup>90</sup> e era piedoso para com os necessitados<sup>91</sup> e inclusive para com os inimigos, que não matava se rendidos<sup>92</sup>. Destaca o cronista anônimo que, sobretudo com o exemplo, ensinava aos seus homens, colocando-se sempre na vanguarda nas batalhas<sup>93</sup> – na retaguarda, só

81 *Idem*, p. 122.

82 *Idem*, p. 55.

83 Dizia, quando uma batalha ou um duelo se anunciava, que era “de taes novas muy ledo”; “tam ledo que nom podia mais seer com outra cousa”; ou, quando ela gorava, ficava “muy anojado”, “triste e muyto anojado” (*Idem*, p. 60; p. 20; p. 19; p. 33).

84 *Idem*, 1991, p. 66.

85 *Idem*, 1991, p. 57.

86 *Idem*, p. 29-31. Apenas com “dous moços da estribeira, se deu às lanças com os castellãos ante que nenhum chegasse”, em uma barreira inimiga nas proximidades de Couna (ainda *idem*, p. 76).

87 *Idem*, p. 76. Apenas com “dous moços da estribeira, se deu às lanças com os castellãos ante que nenhum chegasse”, em uma barreira inimiga nas proximidades de Couna (ainda *idem*, pp. 85-86).

88 *Idem*, pp. 116-117. Escavações feitas séculos adiante no local da batalha de Aljubarrota comprovaram o uso de táticas bélicas então inovadoras.

89 *Idem*, p. 67: “Começou d’andar pellas batalhas em cima de hu~ua mulla, esforçando todollas jeentes com boñas pallavras e gesto ledo, e dizendo a todos que lhes lembrassem bem, em seus corações, quatro cousas: a primeira, que encoemndassem a Deus e à Virgem Maria, sua madre, e o tevessem asy em suas vontades; e a segunda, que eram ally por servir seu senhor e acalçar honrra grande que a Deos prazeria de lhe dar; e a terceyra, como ally vinham por defender sy e suas casas e a terra que possuiam e se tirar da sobjeiçam em que el’rey de Castella queria poer; e a quarta, que sempre tevessem nos entendimentos de soffrer todo trabalho e d’aperfiar em pellejar nom hu~ua hora, mais h~uu dia todo e mais, se comprisse”.

90 *Idem*, p. 81.

91 Para com os necessitados, sua bondade pode ser entrevista no seguinte episódio: quando se dirigia para as cortes de Coimbra com o Mestre de Avis, apiedou-se do cego que queria acompanhá-los, levando-o consigo na garupa da mula que o conduzia, o que merece do narrador nova exclamação: “Oo, que humano e caridoso senhor!” (*Idem*, p. 98).

92 Pelo que exclama o narrador: “Oo viirtuoso e de gram piedade, sobre seu corpo seer posto em tam gram trabalho e periigo, e, asy maçado, seer lembrado de tanta piedade!” (*Idem*, p. 32).

93 *Idem*, p., p. 67; p. 116; p. 124; p. 169.

quando esta se fazia mais perigosa, ao voltar de Castela para Portugal<sup>94</sup> –; e que lutava incansavelmente, mesmo quando já ferido<sup>95</sup>. Daí conseguir tal fama, que por si só afastava os inimigos<sup>96</sup>.

Também como Marechal é caracterizado pela largueza: desprendido, o produto dos saques bélicos era totalmente repartido entre os seus homens, “sem avendo nem querendo aver pera sy nenhũa cousa”<sup>97</sup>. E era também dotado da cólera exigida pela honradez – “justa”, tal como considerava Aristóteles à que fosse contrária à calma dos pacatos e necessária à justiça, ou ditada pela arrogância?... Assim, vingando-se dos que não lhe deixam lugar à mesa no casamento da filha de D. Fernando com o rei de Castela, tirando com a perna o pé da mesa que caiu ao chão, vingando-se dessa forma dos que o “pouco preçaram” e “escarnecerom”, retirando-se em seguida “com grande asseseço, bem como se nom fizessem nenhũa cousa”<sup>98</sup>.

A *Coronica* ainda o apresenta como avesso a superstições e agouros, o que se percebe na sua atitude em relação ao sonho do escudeiro, que previra sua prisão, tentando dissuadi-lo de partir para Lisboa passando pela frota dos castelhanos que a cercavam; ao que ele não atendeu e respondeu “que ficasse com o seu sonho e nom no quis levar”<sup>99</sup>. Por outro lado, era respeitador dos juramentos<sup>100</sup>, e sempre atribuía a Deus as vitórias<sup>101</sup>, conclamando, como vimos, os soldados a se colocarem sob a proteção divina. E as práticas religiosas se mostram constantes em sua vida: punha-se frequentemente “em giolhos”, “a rezar e a louvar a Deos”<sup>102</sup>; ouvia missas, acompanhava procissões, fazia romarias, cultuava S. Jorge e Santa Maria, em honra dos quais mandou edificar igrejas e mosteiros<sup>103</sup>.

Apesar da fama alcançada, é mostrado humilde em relação aos seus – o que se percebe na passagem em que, após a vitória obtida na batalha de Atoleiros (1384), chegou à igreja de Santa Maria do Açumar, local deixado imundo pelos castelhanos, e não apenas a mandou limpar, mas “foy o primeyro que ajudou tirar o esterco fora”<sup>104</sup>.

Apresenta-se compreensivo diante das covardias dos seus homens<sup>105</sup> e da má vontade destes para o combate quando faltava pagamento<sup>106</sup>. E, ainda, capaz de perdoar, rindo-se dos que o contradiziam por despeito ou inveja do seu prestígio junto ao Mestre – “começou de riir porque sabia bem o por que o faziam”<sup>107</sup>. Aliás, em muitas outras passagens da obra ele é, tal qual o Marechal, apresentado como

94 *Idem*, p. 133.

95 *Idem*, p. 131.

96 *Idem*, p. 52; p. 83; p. 86; p. 125; p. 133; p. 178; p. 195.

97 *Idem*, p. 146; p. 161. Isto se repete em outros exemplos: vencida a batalha, em Couna “mandou repartir ho esbulho que assy traziam, sem avendo elle pera sy nenhũa cousa”, após ter sido a villa “toda roubada, e foram hy achados muytos e bõos cavallos e azemellas e outras muytas boõas cousas” (*Idem*, p. 87.).

98 *Idem*, p. 37.

99 *Idem*, p. 89. Isto também se comprova no episódio da haste da bandeira que se quebrou quando pretendia ir tomar Vila Viçosa, o que não o impediu de tentar fazê-lo, muito embora “toda gente ouve por forte signal, e deziã a Nun’Alvrez que nom partisse” (*Idem*, p. 93); ou quando da morte da besta que conduzia a cama na romaria a Santiago de Compostela, que não deixou de realizar, embora “todallas gentes ouverom por maravilha e grande sinal” (*Idem*, p. 101).

100 Por exemplo: diante da morte do irmão na tentativa de tomada de Vila Viçosa, considerou “que nunca lhe atal aquecimento e atam maao veeo senom polla cota e espada, que escondeu, de dom Garcia Fernandez em Portel, contra seu juramento” (*Idem*, p. 95).

101 *Idem*, p. 133; pp. 120-121.

102 *Idem*, p. 132.

103 Como o “gentill e fermoso” mosteiro de Santa Maria do Carmo em Lisboa (*idem*, p. 148), onde terminaria os seus dias.

104 *Idem*, p. 70.

105 *Idem*, p. 29; p. 49; p. 110.

106 *Idem*, p. 150.

107 *Idem*, p. 48.

vítima da intriga, da má vontade, da inveja dos seus pares<sup>108</sup>. Mas era também muito amado pelos seus comandados, que, “pollo grande amor que lhe aviam”, “eram ledos de morrer e viver com elle”<sup>109</sup>.

Justiceiro rigoroso, da sua justiça não escapariam sequer os parentes e privados, angariando-lhes a inimizade: fazia “dereito sem nenhũa afeçom, em tal guisa que os grandes e bõos que com elle acompanhavam em serviço del'rey se afastavam delle por a maneira que com elles tiinha em feyto de justiça”<sup>110</sup>. Mas era também dotado de fraquezas humanas, como vimos em exemplo anterior, relativo à sua vida logo após o casamento, nas terras da esposa. Suas falhas são justificadas, dentre outros motivos, ora pela pouca idade, ora pela doença que o acometeu em 1938 – uma “dor que lhe durou três meses”, acompanhada de “humor menencorico”<sup>111</sup>. Essa depressão não apenas tirou-lhe o apetite, mas o fazia avesso à convivência com outras pessoas<sup>112</sup>.

Enfim, fora esses raros episódios negativos, o retrato que do Condestável a *Coronica* nos oferece é encomiasta, caracterizando-o por mostras de coragem, lealdade, cortesia, generosidade, e, ainda, capacidade para suportar sofrimentos e privações. As suas práticas constantes de religiosidade e de ações ligadas às virtudes teológicas ou cardeais fazem com que nele a ética cavaleiresco-cristã se veja revitalizada, para exemplo.

O genial primeiro cronista-mor de Portugal, Fernão Lopes, teve a *Coronica* que vimos comentando como a principal fonte para o enfoque do Cavaleiro, a quem (e não ao rei) é dedicado o último capítulo da *Crônica de D. João I – Primeira Parte*. Nun' Álvares já dele merecera, em capítulos do início da obra, uma apresentação de sua ascendência, formação, costumes virtuosos e feitos cavaleirescos, sendo aproximado dos santos nos sermões clericais<sup>113</sup> – diz o cronista que procederia como os pregadores que ‘enxertam’ no sermão a vida do homenageado e no fim dele concluem o seu tema. E sua santidade é apresentada como um processo, uma luta constante contra os pecados: ***per pelleja que numca cessa, nom ssem grande força e resistemçia subjogou de tall guisa os vícios carnaaes, que cheo de fruto de grande proveito, o nom podia nehuũ prasmear de mimgua algũa que notavell foss***<sup>114</sup>.

A apresentação das qualidades do fidalgo e as dos seus antepassados, bem como do modelo escolhido, Galaaz, retoma traços já vistos na *Coronica*. Restringir-nos-emos, por isso, a apresentar um que outro aspecto próprio da escrita do inigualável Fernão Lopes<sup>115</sup>. Por exemplo, para acentuar-lhe a coragem e/ou destemor e a confiança na proteção divina, narra um episódio no qual o jovem fidalgo se dirige aos seus companheiros, utilizando-se da metáfora do poço muito escuro e profundo para representar a difícil luta que teriam de travar apoiando ao Mestre, só possível de ser vencida ***querendoo Deos livrar delle por sua mercee***<sup>116</sup>. Lança mão de diversos recursos retóricos, desde as perífrases até à metáfora e à sinédoque, atribuídos a registros alheios no seguinte exemplo: ***E porem se escpreve delle, que foi grande***

108 *Idem*, p. 72; p. 113; p. 135; p. 137; p. 143; pp. 146-147; p. 151.

109 *Idem*, p. 20.

110 *Idem*, p. 190. Sua justiça alcançara, por exemplo, Antão Vasques, cavaleiro por ele muito estimado e que causara danos a um homem bom no Porto, sendo por isto condenado a indenizá-lo; pelo que ficou muito descontente e disse publicamente ao Condestável “pallavras muy soltas, as quaes lhe o conde soffreo muy benignamente e com grande paciencia, ca desto usava elle muy muito” (*Idem*, p. 135).

111 *Idem*, pp. 161-162.

112 *Idem*, p. 190. Culminou com a raiva inusitada e injusta contra Lourenço Eanes Cordovil, que o fora visitar (*Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, p. 163); do que em seguida se arrependeria, alegrando-se porque seu escrivão da puridade, Gil Airas, não havia de fato efetivado a insana punição que ordenara (*Idem*, pp. 164-167).

113 Ao passo que o Mestre de Avis, futuro D. João I, só pelos discursos posteriores de Lisboa e do jurista teria o seu retrato apresentado.

114 Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória – Parte primeira*, p. 55 (grifo nosso)

115 Desenvolvemos o assunto no livro *Fernão Lopes e a Retórica Medieval*.

116 Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 64.

*e forte muro, e segundo braço da deffemssom do rreino*<sup>117</sup>. Portanto, reitera e intensifica, através da linguagem figurada, as qualidades possuídas pelo fidalgo, coincidentes com as apregoadas pelo *Livro da Ordem da Cavalaria* de Raimundo Lúlio.

Na sua qualificação se destacam principalmente os elementos ligados semanticamente à claridade<sup>118</sup>, à luz, como no seguinte símile: *Como a estrella da manhã foi claro em sua geeraçom*<sup>119</sup>. Ou na metáfora: *Na limpeza da sua verdade, nehuña cousa emcuberta nem fimgida avia*<sup>120</sup>. Para realçá-la ainda mais, a “claridade” de Nun’Álvares, fidalgo de *limpa comçiemçia*<sup>121</sup>, é confrontada com a dissimulação de outros personagens, de modos “encobertos”<sup>122</sup>, como Leonor Teles. E análogo a ele se pretende o cronista, ao optar pela ‘clara’ *çertidom das estórias*, como afirma no Prólogo da obra.

Para o elogio do Condestável são ainda muito caros os artifícios retóricos que o apresentam como tabernáculo de virtudes, a começar pela temperança: “no quall porem sempre *morava hũa discreta mamssidom, que he ama dos boõs costumes*”. Dele se ausentariam os vícios pertencentes aos homens comuns, firmando-se-lhe a santidade<sup>123</sup>. A castidade e a conciliação orientavam a sua relação com os seus comandados, *de guisa que seu arreall, nom parecia hoste de guerreiros, mas honesta rrelligiam de deffemssores*<sup>124</sup>. Comparado aos guerreiros romanos, suplanta-os em religiosidade<sup>125</sup>. Portanto, os costumes religiosos e a fé em Deus lhe proporcionavam a alegria e a esperança na vitória.

Enfim, suas qualidades, metaforizadas em ‘jóias’ preciosas, o tornaram inigualável: *nom soamente dos naturaes doões da graça, que he muito de notar; mas aimda dos beës da fortuna, ouve tam grandes e espeçiaes joyas, que ataa o seu tempo, des ho começo do reino, nom sse lee de nehuñ semelhamte*<sup>126</sup>. Essas palavras finais da crônica de Fernão Lopes atestam a perpetuação do herói incomparável, cuja louvação será continuada na segunda parte da obra<sup>127</sup>.

Voltando à *Coronica do Condestabre*, vemos que também o último capítulo, a modo de *peroratio*, retoma sobretudo as qualidades do cavaleiro relativas à sua religiosidade, aproximando-o de Galaaz. A começar pela castidade – “foy muy casto de vontade e ainda de feito, porque elle com outra mulher nunca dormio senom com a sua”, e mesmo com esta deixaria posteriormente de copular, embora “homem novo”, “por servir a Deus”<sup>128</sup> – dado a distanciá-lo do Marechal, que, apesar da idade, fez muitos filhos em sua mulher. A prática constante do culto é outro elemento retomado na peroração: ouvia duas missas por dia e três aos sábados e domingos; confessava-se amiudemente e comungava quatro vezes ao ano, no Natal, na Páscoa, no Pentecostes e em Santa Maria de Agosto. Além do mais, edificou e

117 *Idem*, p. 373 (grifo nosso)

118 Cf, a propósito, João Mendes, Fernão Lopes, In: *Literatura Portuguesa I*. Lisboa, Verbo, 1970.

119 Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 373.

120 *Idem*, p. 375 (grifo nosso)

121 *Idem*, p. 374.

122 Cf., a propósito, João Mendes, *op. cit.* p. 97.

123 Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 374: *E porque semelhamtes bomdades, nõ eram husadas amtre os outros homões, eram em ell theudas em mui grande cõta; de guisa que hu tamtas virtudes aviam morada, aadur podia nhehuñ cuidar, que viçio alguñ podesse seer hospede.*

124 *Idem, ibidem* (grifo nosso).

125 *Idem*, p. 375 (grifo nosso): *feita primeiro sua devota oraçõ aaquell Senhor em cujo poder he todo vemçimento, ledo e sem nehuñ rreçeo, pellejava sempre com os emmiigos*

126 *Idem*, p. 375 (grifo nosso).

127 Não nos interessa, por agora, a opinião dos que discordam desse retrato laudatório do Condestável, mas tão somente a construção do ideal de cavaleiro realizada pelas duas crônicas analisadas. Com relação às vozes discordantes, remetemos para o estudo de nossa autoria, que as comenta: Maria do Amparo Tavares Maleval, *Fernão Lopes e a Retórica Medieval*, pp. 212-214.

128 *Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereyra*, p. 198.

reformou igrejas, capelas e mosteiros quase sempre em honra de Santa Maria, dentre “outras muytas obras meritorias” que realizou<sup>129</sup>.

Reitera-se nesse epílogo que o biografado ia além do que se exigia de um religioso comum: rezava as horas, jejuava três dias na semana enquanto a idade o permitiu – nas quartas, sextas e sábado, além de nas datas indicadas pela Igreja<sup>130</sup>. Caridoso, dava o dízimo de todas as suas rendas “por amor de Deos a pobres”<sup>131</sup>; a estes, dava ainda vestimentas periodicamente, bem como a cavaleiros e escudeiros e outras pessoas honradas<sup>132</sup>. Distribuía as suas provisões de pão nos períodos de escassez, ficando por vezes sem nenhum para si próprio; e o fazia não somente aos das suas terras, mas até mesmo aos de Castela<sup>133</sup>.

Também nessa peroração se destaca que alguns anos antes de se aproximar a morte<sup>134</sup>, objetivando tornar-se monge, dividiu os bens imóveis pelos parentes e os móveis – ouro, prata, dinheiro, jóias, armas, roupas e guarnimentos – pelos seus servidores, dos quais quitou as dívidas que tinham com ele. Ao ordenar-se, quis mesmo abdicar do sobrenome e do título e viver de esmola longe da sua terra – o que a muito custo não realizou, a pedido do primogênito filho de D. João I, D. Duarte, que o manteve e aos de sua Ordem no Convento do Carmo<sup>135</sup>.

Tantos elogios, e ainda termina o narrador por falar da impossibilidade de “lembrar pera se poer em esta estoria” as outras muitas virtudes e obras do Condestável<sup>136</sup> – sem no entanto quaisquer referências à falta de descrição física do biografado, que, mesmo na Idade Média, se não completa, delineava-se pelo menos em alguns traços, como por exemplo nas referências de Fernão Lopes à formosura e porte de D. Fernando<sup>137</sup>, à gagueira de D. Pedro<sup>138</sup>, à altura e harmoniosa proporção dos membros de D. João I através da fala de Lisboa personificada<sup>139</sup>.

Enfim, através das qualidades evocadas, sobressaem como principais facetas da personalidade do biografado: a do cavaleiro destemido, generoso, leal e incorruptível; e a do religioso, cujo misticismo seria acentuado por Fernão Lopes, sendo-lhe a santidade reconhecida pela Igreja: logo após seu falecimento, e diante dos milagres que teriam ocorrido em seu túmulo<sup>140</sup>, deu-se início ao processo de canonização, em 1437. Incorpora, pois, afastando-se do Marechal, o ideal de cavaleiro cristão sonhado por Raimundo Lúlio<sup>141</sup> e pelos cristianizadores da “Matéria de Bretanha” através de Galaaz; como também o papel de defensor da terra portuguesa, ou da Casa de Portugal, e exemplo de nobreza necessária à consolidação da jovem Dinastia que ajudou a elevar ao poder.

129 *Idem, ibidem.*

130 *Idem*, p. 199.

131 *Idem, ibidem.*

132 *Idem*, p. 200.

133 *Idem*, pp. 200-201.

134 Diferencia-se do Marechal, o qual apenas o fim próximo moveria ao despojamento dos bens.

135 *Idem*, p. 202: “por lhe seer obediente outorgou’lhe de o fazer asy como elle mandava, posto que fosse contra sua vontade”.

136 *Idem*, p. 203.

137 Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Edição crítica por Giuliano Macchi, Lisboa, IN-CM, 1975, p. 3.

138 Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro*, 2. ed. Revista, Edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi, Lisboa, IN-CM, 2007, p. 7.

139 Cf. Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória* – Parte Primeira, p. 302.

140 O que indica “que sua alma he com Deos em sua gloria” (*Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, p. 203).

141 Vale lembrar que o ofício de cavaleiro é manter “a santa fé católica” (Ramon Llull, *op. cit.*, p. 23), defender o senhor e a terra (*idem*, pp. 29-31), bem como os necessitados – viúvas, órfãos e homens despossuídos (*idem*, p. 37). E que a própria origem da cavalaria teria sido motivada porque “faltou caridade, lealdade, justiça e verdade no mundo; começou inimidade, deslealdade, injúria, falsidade; e por isso surgiu erro e turvamento no povo de Deus, que foi criado para que Deus fosse amado, conhecido, honrado, servido e temido pelo homem” (*idem*, p. 13).

## BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

- AMADO, Teresa. “Crónica do Condestabre” (vb). In: LANCIANI, Giulia & TAVANI, Giuseppe (Orgs.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa, Caminho, 1993, p. 186-188.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. de Leonel Vallandro & Gerd Bornheim. São Paulo, Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- BERNARDO (S.). “Libro sobre las Glorias de la Nueva Milicia, a los Caballeros Templarios”. In: *Obras Completas* I. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 1983.
- DEMANDA do Santo Graal (A). Edição de Irene Freire Nunes. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995.
- DUARTE (Dom). *Leal Conselheiro*. Actualização ortográfica, introdução e notas de João Morais Barbosa. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.
- DUBY, Georges. *Guilherme Marechal, ou o Melhor Cavaleiro do Mundo*. Trad. de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1987.
- ESTORIA de Dom Nuno Alvrez Pereyra. Edição crítica da “Coronica do Condestabre”, com introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida Calado. Coimbra, Coimbra Ed., 1991.
- LOPES, Fernão. *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória – Parte Primeira*. Reprodução facsimilada da edição do Arquivo Histórico Português preparada por Anselmo Braamcamp Freire, 1915. Prefácio por Luís Felipe Lindley Cintra. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977.
- LLULL, Ramon. *O Livro da Ordem de Cavalaria*. Trad., apresentação e notas de Ricardo da Costa. São Paulo, Editora Giordano, 2000.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Fernão Lopes e a Retórica Medieval*. Niterói, RJ, EduFF, 2010.

**RESUMO:** Nun’ Álvares Pereira (1360-1431), personagem insigne da história de Portugal, tem sido considerado paradigma nostálgico da Cavalaria medieva. Antes dele, o inglês Guilherme Marechal (c.1145-1219) fora tido como o melhor cavaleiro do mundo. Entre ambos, o catalão Raimundo Lúlio escreveu o *Livro da Ordem de Cavalaria* (c. 1279-1283), firmando um modelo de cavaleiro cristão cuja concepção sobre as virtudes morais referenda as de Aristóteles na *Ética a Nicômaco* (século IV a.C.). Tendo por base a anônima *Crónica do Condestabre* (1526) e a primeira parte da *Crónica del Rei Dom João I*, redigida por Fernão Lopes à roda de 1443, pretendemos revisitar a figura do fidalgo português, relacionando-a aos citados modelos anteriores.

**Palavras-chave:** cavalaria – ética – crônica – biografia – Literatura Portuguesa

**ABSTRACT:** Nun’ Álvares Pereira (1360-1431), an outstanding character in the history of Portugal, has been considered as a nostalgic paradigm of medieval chivalry. Before him, the Englishman William Marshal (c.1145-1219) was considered the best knight in the world. Between them, the Catalan Ramon Llull wrote the *Book of the Order of Chivalry* (c. 1279-1283), establishing a model of the Christian knight, whose conception of moral virtues endorses those of Aristotle in the *Nicomachean Ethics* (fourth century BC). Drawing on the anonymous *Crónica do Condestabre* (1526) and the first part of the *Crónica del Rei Dom João I*, written by Fernão Lopes around 1443, we aim to revisit the figure of the Portuguese nobleman, relating it to the previous models cited.

**Key-words:** chivalry – ethics – chronicle – biography – Portuguese Literature